

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018
 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

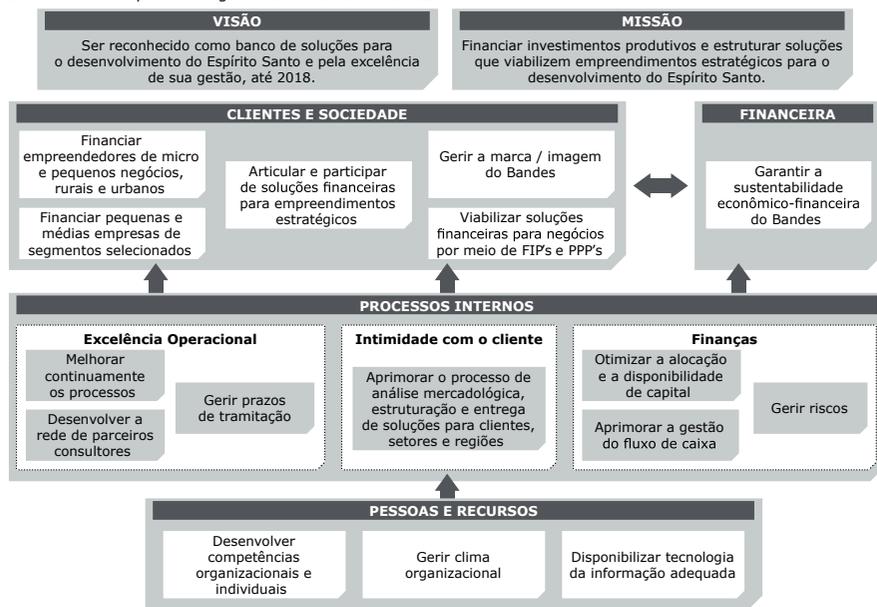
O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório da Administração referente ao ano de 2018 – acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A Empresa

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. Em 2018, o BANDES atua em todos os segmentos da economia, com a missão de financiar investimentos produtivos e estruturar soluções que viabilizem empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do Espírito Santo. Em seu nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços do BANDES é ser reconhecido como o banco de soluções para o desenvolvimento do Espírito Santo e pela excelência de sua gestão, até 2018. Essa visão foi alcançada, quando o banco conquistou o troféu prata no Prêmio Qualidade do Espírito Santo – PQES em que seus processos gerenciais foram bem avaliados com base na metodologia da Fundação Nacional da Qualidade.

O seu Plano Estratégico 2017-2022, denominado "BANDES Rumo à Excelência", contempla o amadurecimento das práticas de gestão, tendo como base o Modelo de Excelência da Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade e o *Balanced Score Card* (BSC), e está composto por um Mapa Estratégico e um painel de bordo, nos quais objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e projetos estruturantes são delineados para serem gerenciados com mais precisão.

IMAGEM 1: Mapa Estratégico – BANDES 2017-2022



2. Perspectiva de Clientes e Sociedade

Em 2018, o BANDES injetou um total de R\$ 576,7 milhões na economia do Espírito Santo, assim distribuídos:
 i) R\$ 428,2 milhões para financiar importações pelo nosso estado;
 ii) R\$ 148,5 milhões em investimentos para operações de crédito, totalizando 2.399 operações.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o ano totalizando R\$ 1,02 bilhão.

2.1. Financiar empreendedores de micro e pequenos negócios, rurais e urbanos

O BANDES aprovou 2.375 operações para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, no valor total de R\$ 104,5 milhões. Para pessoas físicas, é importante destacar os recursos destinados às famílias de agricultores via PRONAF, com 452 operações aprovadas, perfazendo a importância de R\$ 19,8 milhões. Para médias e grandes empresas foram aprovadas 24 operações e R\$ 44 milhões.

A distribuição espacial dos investimentos aprovados no ano registra o domínio do apoio aos empreendimentos localizados no Interior, com 2.078 operações aprovadas e, na região da Grande Vitória, 321 operações. Em valores, do montante total aprovado, R\$ 33,7 milhões foram para a Grande Vitória e R\$ 114,9 milhões para os demais municípios (ou 77%).

Gráfico 1: Investimentos aprovados (R\$ milhão), por distribuição espacial

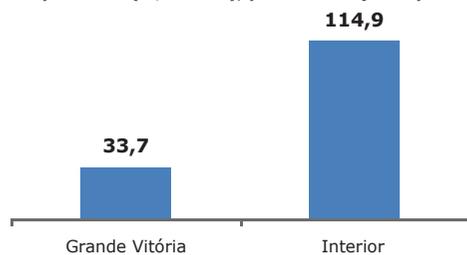
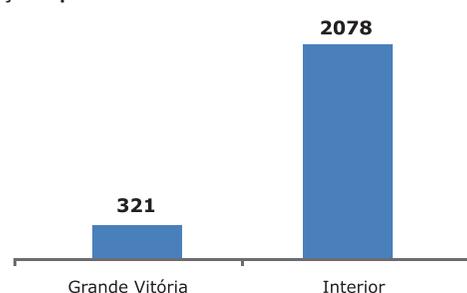


Gráfico 2: Nº de operações aprovadas



No microcrédito, destacam-se as ações realizadas pelo programa **NOSSOCRÉDITO**, com a aprovação de 6.323 operações de crédito e liberação de R\$ 48,7 milhões, com risco do BANESTES, banco parceiro nesse programa.

O "Seguir Crescendo" e o "BANDES Economia Criativa" são dois outros programas importantes para o segmento:

- **Seguir Crescendo:** focado em microempresas formalizadas, realizou 1.553 liberações, totalizando R\$ 29,9 milhões, com risco do BANDES.
- **Economia Criativa:** foram aprovados investimentos totais de R\$ 11,7 milhões em 2018, distribuídos por 820 operações de crédito, com recursos BANDES e do NOSSOCRÉDITO.

2.2. Financiar pequenas e médias empresas de segmentos selecionados

O BANDES tem por objetivo apoiar novos setores da economia capixaba, como os de inovação, economia verde, economia criativa, turismo e cadeias produtivas estratégicas, por meio de linhas de crédito com condições específicas para cada um desses segmentos:

- **Inovação:** foram aprovadas duas operações, com investimento total de R\$ 3,9 milhões.
- **Turismo:** 13 operações foram aprovadas, representando um total de R\$ 2,4 milhões. Deste total, R\$ 2,0 milhões foram provenientes do FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo).
- **Economia Verde:** 4 operações e R\$ 2,7 milhões aprovados no ano.
- **Construção de Barragens e Reservação de Águas:** foram 109 contratos aprovados, no valor total de R\$ 7,8 milhões em projetos aprovados.

Fundação Renova

A partir do contrato entre o BANDES e a Fundação Renova - instituição criada para mitigar os impactos socioambientais e econômicos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, iniciou-se a oferta de linhas de crédito para o financiamento de empreendedores dos municípios afetados, com dotação orçamentária de R\$ 10 milhões e risco de crédito integralmente assumido pela Renova. Em 2018 foram aprovados 285 projetos de investimento, que totalizaram R\$ 6,5 milhões.

2.3. Articular e participar de soluções financeiras para empreendimentos estratégicos

Fundação Renova

Em 2018, outro contrato com a Fundação Renova foi assinado. Esta contrata o BANDES para a prestação de serviços de agente financeiro para repasse de recursos de R\$ 110 milhões no âmbito do "Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos", nos municípios do Espírito Santo afetados pelo rompimento da barragem de Fundão-MG.

INVEST-ES

O INVEST-ES é um programa de incentivos fiscais a novos investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. Somente neste ano, foram enquadrados 51 projetos, representando investimentos de R\$ 12,4 bilhões e projetando a geração de 4.529 empregos em 16 municípios do estado. O BANDES é o agente técnico do programa e ocupa a secretaria executiva.

Reflorestar

É uma iniciativa do Governo do Estado e tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos. Em 2018 foram realizadas liberações de recursos para 2.247 propriedades, totalizando R\$ 12,0 milhões investidos pelo programa.

Fundesul

Fundo de Desenvolvimento do Sul do Estado que tem por objetivo apoiar financeiramente projetos de investimento nas microrregiões do Caparaó, Litoral Sul e Central Sul. Em 2018 foram 76 operações de crédito aprovadas e R\$ 22,5 milhões em investimentos.

Fundesul – PK

Fundo de Desenvolvimento de Presidente Kennedy que tem por objetivo apoiar financeiramente projetos de investimento no município. Em 2018 foram 11 operações de crédito aprovadas e R\$ 1,6 milhão em investimentos.

2.4. Gerir a marca e imagem

Em 2018 o BANDES continuou aprimorando suas estratégias de comunicação, aplicando o índice de favorabilidade que mede penetração e conformidade das notícias do banco nas mídias espontâneas (imprensa e eletrônica), incluindo-o em suas metas institucionais de acompanhamento mensal. Além disso, iniciou-se o trabalho de monitoramento de conteúdos e penetração nas redes sociais. Instrumentos de comunicação dirigida a públicos estratégicos, tais como o BANDES em Pauta (público interno e consultores) e inserção de notícias no site e mídias sociais foram modulados para garantir legitimidade às ações estratégicas do banco e auxiliar na sua gestão da marca e da imagem junto aos seus *stakeholders*. O investimento do banco em patrocínio com viés mercadológico oportuniza visibilidade ao posicionamento da marca e da imagem do Banco, ao mesmo tempo em que contribui para prospecção de novos clientes, por meio de ações de marketing e participação em eventos, que possibilitam a articulação em diversos fóruns no Estado. Ademais, o banco promoveu, em parceria com a Prefeitura de Presidente Kennedy, uma campanha publicitária com o objetivo de promover ações do Fundesul Presidente Kennedy na região.

2.5. Viabilizar soluções financeiras para negócios por meio de FIPs e PPPs

Fundos de Investimento em Participações – FIPs

Ao longo do ano o banco participou das atividades relacionadas aos fundos Criatec 3 e Primatec, Fundos de Investimento dos quais o BANDES é cotista e que estão na fase de investimento. Uma das reuniões de trabalho do Criatec 3 ocorreu na sede do banco com a presença dos representantes de outros cotistas do Fundo. Eles tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a instituição e o Estado. Neste ano, três empresas capixabas receberam recurso dos fundos totalizando R\$ 5,5 milhões investidos no Espírito Santo. Em 2018, o banco realizou o Fórum de Inovação e em sua segunda edição, teve a participação de quatro grandes gestores nacionais de FIP e também aconteceu o Demo Day do BANDES, com a presença de 9 empreendedores apresentando seus projetos para esses gestores. Neste evento foi realizado o lançamento do Hub Epicentro, fruto do Acordo de Cooperação Técnica LAB.ES, cuja contribuição é promover a interação e integração do governo com o setor privado, academia e terceiro setor. O Epicentro é um espaço físico com elementos e recursos apropriados e diferenciados para promover a colaboração e co-criação para inovação e a capacitação das pessoas. Neste ambiente as gestoras poderão se relacionar e promover encontros com possíveis investidas.

Além das subscrições já realizadas nos FIPs Criatec III e PRIMATEC, foram aprovadas a subscrição de mais R\$ 5 milhões no FIP PRIMATEC, totalizando o montante de R\$ 10 milhões neste fundo, e, também, a entrada na carteira de FIPs do banco o FIP SEED4SCIENCE com o comprometimento de R\$ 5 milhões.

Parcerias Público Privadas – PPPs

O BANDES é o agente do Governo do Espírito Santo para auxiliar os municípios na elaboração de PPPs. Em 2018 o banco passou a integrar o Grupo de Trabalho Executivo (GTE) para acompanhar os trabalhos de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada – MIP relativa ao desenvolvimento de estudos para a PPP que visa à implantação do sistema de destinação final de resíduos sólidos gerados nos municípios componentes da Região Norte do Estado do Espírito Santo – CONORTE.

2.6. Responsabilidade Socioambiental

O BANDES adota em suas atividades diversas práticas que denotam sua preocupação com os aspectos socioambientais de seu negócio, além da rigorosa observância dos requisitos ambientais legais dos projetos apoiados e considera em suas políticas de crédito diversos aspectos que visam incentivar as empresas a atuarem de forma sustentável em toda a sua cadeia (desde a origem da matéria prima até a comercialização final do produto ou serviço), de modo a minimizar os impactos dos empreendimentos apoiados no meio ambiente.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do banco, vigente desde 2015, atende à Resolução CMN nº 4.327 e tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para as práticas socioambientais nos negócios e na relação com as partes interessadas. Além disso, contribui para concretizar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Em julho de 2018, foram implementados critérios e procedimentos a serem adotados na análise do Risco Socioambiental dos projetos financiados pelo BANDES em todas as fases do processo, incluindo critérios de exclusão ao crédito, classificação do Risco Socioambiental dos projetos e critérios específicos para as avaliações dos imóveis oferecidos em garantia nas suas operações. Desenvolveram-se ainda ações solidárias de arrecadação de alimentos para vítimas das fortes chuvas no sul do estado, de livros para escolas carentes da Grande Vitória e de presentes de Natal em parceria com os Correios.

3. Perspectiva Financeira

3.1. Garantir a sustentabilidade econômico-financeira do BANDES

Em 2018, o BANDES registrou lucro líquido de R\$ 1,7 milhão e seu Patrimônio Líquido encerrou o ano em R\$ 460 milhões.

A renegociação de créditos inadimplentes foi realizada durante todo o ano de 2018, no intuito de conter a inadimplência da carteira, motivada, principalmente, pela restrição da capacidade de pagamento de grande parte dos clientes produtores rurais, afetados fortemente pela crise hídrica que vem impactando o Espírito Santo desde 2014. Para renegociar com os produtores rurais foram realizados mutirões de renegociação presencial em 55 municípios capixabas. Também foram renegociados contratos com clientes urbanos e corporativos, que junto com os contratos rurais totaliza 4.133 contratos, impactando em R\$ 154 milhões de saldos regularizados. A recuperação de créditos baixados em prejuízo totalizou R\$ 37,4 milhões.

Visando contribuir com os produtores rurais na regularização de dívidas, a cessão da Carteira ao FUNDES, no montante de R\$ 11,3 milhões, foi possível em decorrência da promulgação da Lei nº 10.764/17, que permitiu a aquisição de créditos do BANDES pelo FUNDES nos exercícios de 2017 e 2018, referentes a crédito rural em áreas afetadas por adversidades climáticas no Espírito Santo.

Rating

Em seu relatório de dezembro de 2018, tendo com base dados do 3º trimestre de 2018, o Comitê de Risco da LFRating, manteve a classificação "A-" em moeda nacional (R\$) para o risco de crédito do BANDES. De acordo com a definição da agência, as instituições financeiras classificadas nesta faixa oferecem boa segurança para honrar compromissos financeiros regulares. O rating desta faixa indica instituições com adequada política de crédito, mas que possuem uma ou mais áreas com fragilidades, com condições, no entanto, de superá-las no curto prazo.

4. Perspectiva de Processos Internos

4.1. Desenvolver a rede de parceiros consultores

O BANDES fechou o ano de 2018 com 105 consultores ativos, distribuídos nos segmentos rurais, urbanos e corporativos, bem como 85 agentes de microcrédito qualificados e alinhados com a missão social do BANDES.

Ao longo de 2018, a capacitação aos parceiros consultores totalizou 4.836 horas. Dentre as atividades desenvolvidas destacaram-se:

- 3ª e 4ª Capacitação de consultores ao Programa Reflorestar;
- 13º Encontro Estadual do Programa Nossocredito, para planejamento do Programa Estadual junto aos Agentes de Crédito e Parceiros Institucionais.
- 1º Programa de Formação de Consultores Rurais Corporativos, para adequação da atuação das consultorias à estratégia de "intimidade com o cliente";
- "Conversando com" parceiros consultores do segmento Urbano Corporativo, para orientação da atuação das consultorias às estratégias de "intimidade com o cliente" e "Conversando com" parceiros consultores de todos os segmentos, para alinhamento e pactuação de metas no segundo semestre.
- 1º Programa de Formação de Consultores aos parceiros consultores de Presidente Kennedy, para atuação no Fundesul PK.
- 3 (três) reuniões com consultores do segmento Urbano e Microcrédito para atualização dos procedimentos operacionais.
- Treinamento em EaD referente as normatizações do BACEN sobre PLD-FT.

4.2. Gerir prazos de tramitação

O BANDES realiza ações relacionadas à redução do prazo de tramitação das solicitações de financiamento, com algumas ações direcionadas:

- (a) reunião com consultores para reforçar a importância de se encaminhar a documentação completa para que não gere retrabalho;
- (b) alteração do fluxo operacional, com a antecipação da consulta ao SERASA;
- (c) criação de um canal de comunicação entre BANDES e consultores para que a consulta seja feita antes do envio da documentação/protocolo;
- (d) antecipou-se o cálculo de suficiência de renda do solicitante, sendo feito na validação do projeto eletrônico;
- (e) foi estipulada meta coletiva para os colaboradores para que se crie uma cobrança e colaboração entre todos.

4.3. Gerir riscos

No primeiro semestre de 2018, foi aprovada a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), visando formalizar os níveis de apetite aos principais riscos a que o BANDES está exposto, em observância ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.557. Nesta declaração estão estabelecidos, dentre outros, o objetivo e o escopo da declaração de apetite por riscos, a estrutura de governança de riscos, os conceitos referentes aos níveis de riscos e a descrição do nível de apetite por riscos e seus controles associados.

Outra importante ação foi a implementação de "Critérios e Procedimentos para Análise do Risco Socioambiental de Projetos". O objetivo desta norma é estabelecer os critérios e procedimentos a serem adotados na análise do risco socioambiental dos projetos financiados pelo BANDES, em todas as fases do processo.

Foi criado Grupo de Trabalho (GT) para adequar o BANDES ao cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a implementação do Projeto IFRS 9, que visa alinhar o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional às práticas internacionais, sendo necessário o estabelecimento de novos critérios para estimar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Ao longo do ano, foram desenvolvidas diversas atividades pelo GT, incluindo um treinamento *in company* para 20 colaboradores sobre IFRS 9. Está em fase final a elaboração de um Termo de Referência para Contratação de Consultoria especializada, necessária para a implementação do Projeto.

Foi aprovado, pelo Conselho de Administração, o Programa de Testes de Estresse do BANDES, em observância ao estabelecido na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557. O Programa de Teste de Estresse é entendido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. Neste normativo estão estabelecidos o objetivo, as diretrizes e a metodologia do Programa de Testes de Estresse, bem como papéis e responsabilidades da estrutura necessária a consecução do referido Programa.

Foi implementado e submetido ao Conselho de Administração o Relatório Integrado de Riscos com o objetivo de apresentar as ações e resultados alcançados no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e gestão de capital. Um guia compilado para a compreensão global do esforço que o BANDES empreende no tópico gestão integrada de riscos, aderente ao seu porte, sendo proporcional à dimensão e à relevância do perfil de riscos da instituição, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e nº 4.553/2017. Além disso, foi aprovada a Política de Controle e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo. Foi realizado o treinamento sobre o tema, solicitado pelo BACEN, com participação de 80% dos colaboradores e 74% dos estagiários concluindo o curso com o aproveitamento exigido.

Este ano foi realizado o Workshop de Risco Operacional para 37 colaboradores, a fim de estimular o fortalecimento da cultura de riscos e controles internos na organização e aprimorar o processo de identificação e análise inicial dos riscos operacionais da unidade envolvida. O workshop possibilitou trocas de informações sobre riscos operacionais e controles existentes nas unidades.

Foram realizadas a autoavaliação dos riscos e controles externos (CSA - *Control-Self Assessment*) em 6 gerências da Instituição com reuniões presenciais de gestores e equipe. Essa metodologia prioriza a conscientização dos gestores das unidades quanto aos riscos operacionais existentes em suas áreas e à necessidade de adoção de controles internos efetivos que sejam capazes de mitigar os riscos inerentes às atividades de sua área.

Em relação à participação das atividades econômicas na Carteira de Crédito Total, merece destaque a redução contínua da participação da cultura de café: em dezembro de 2016 era de 46,8%, 42,5% em dezembro de 2017, 41,9% em junho de 2018 e 40,5% em dezembro de 2018.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 1,026 bilhão, sendo composta por 87,6% contratos classificados nos níveis de risco AA-C. A inadimplência acima de 90 dias, encerrou o ano em 8,3% e o risco médio da Carteira, indicador que relaciona o saldo de provisão com a carteira de crédito, foi de 8,4%.

5. Pessoas e Recursos

O banco encerrou o ano de 2018, com 172 colaboradores, 95% desses com formação superior completa, dos quais 35% com pós-graduação.

5.1. Desenvolver competências organizacionais e individuais

No ano de 2018, houve um grande empenho em promover e ofertar cursos pertinentes atividades desenvolvidas por cada colaborador. Por meio de treinamentos "in company" buscou-se atender as necessidades técnicas de colaboradores, e na identificação de cursos ofertados no mercado para atendimento ao conhecimento específico. Além disso, teve capacitação de gestores com o objetivo de desenvolver as competências Gestão de Pessoas e Comunicação. O resultado deste trabalho foi bem satisfatório, com a realização de 4.500 horas de treinamento, o que corresponde a uma média de 27,5 h por colaborador. O BANDES também incentivou financeiramente a participação de quatro colaboradores em cursos de pós-graduação lato sensu, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento profissional.

5.2. Gerir clima organizacional

O programa de qualidade de vida no trabalho "BANDES Viva Bem" 2018 promoveu ações com foco na prevenção de doenças e no incentivo à prática de atividade física. Com relação as ações vinculadas à SIPAT o foco foi na orientação postural com ajuste nos equipamentos e mobiliários, em atividade antiestresse individualizada e em palestra com psicóloga sobre saúde mental. O programa aborda temas que refletem positivamente no bem estar do colaborador em seu ambiente de trabalho e consequentemente no clima organizacional.

Com relação às ações para motivação e engajamento, pode ser registrada a apuração do Ciclo 2017 da Gestão de Desempenho com aplicação da meritocracia, com 85 colaboradores contemplados (54% do total de colaboradores participantes), e a pactuação dos novos desafios para o Ciclo 2018.

5.3. Disponibilizar tecnologia da informação adequada

Nesse ano, o BANDES realizou atividades objetivando preparar-se para novas demandas decorrentes do Plano Diretor de T.I. 2019/2023.

Em relação aos Sistemas corporativos foram realizadas demandas para evolução do site e aplicativo; melhorias no canal de denúncia; adequação de layouts para repasse de recursos; fez funcionalidades para renegociação de dívidas. O projeto de Modernização fez a migração dos: Projetos Urbanos, Comunicação, Ouvidoria, Serviços.

Ocorreu a operacionalização do Convênio com o BNB; melhorias na funcionalidade de notificações; integração entre bancos para registro de boletos e a adequação para novas condições de BNU (Bens Não de Uso).

6. Principais Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2018
OPERACIONAIS	
1. Investimento Total Aprovado (R\$ mil)	148.604
Setor Primário	42.271
Setor Secundário	10.843
Setor Terciário	95.490
2. Número de Operações Aprovadas	2.399
Micro e Pequenas	2.375
Médias e Grandes	24
3. Liberação (R\$ mil)	576.730
4. Saldo de Operações de Crédito (R\$ bilhão)	1,026
FINANCEIROS	
1. Lucro Líquido (R\$ mil)	1.670
2. Patrimônio Líquido (R\$ mil)	460.018
3. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira) (%)	8,3

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado, da Diretoria e dos colaboradores, com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça.

Por fim e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória - ES, 21 de fevereiro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	591.675	581.437	CIRCULANTE	326.800	315.545
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	422	112	DEPÓSITOS (Nota 13)	24.978	21.102
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	251.575	260.717	Depósitos à Vista	9.467	9.332
Aplicações no Mercado Aberto	69.019	122.943	Depósitos a Prazo	15.511	11.770
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Notas 3.d e 5) ...	182.556	137.774	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFI- CIAIS (Nota 14)	205.350	207.657
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVA- TIVOS (Notas 3.e e 6)	50.113	55.317	BNDES	175.867	178.389
Carteira Própria	50.113	55.317	FINEP	1.142	777
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3.f e 7)	244.179	238.055	Outras Instituições	28.341	28.491
Operações de Crédito	266.877	256.899	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	96.472	86.786
- Setor Público	9.673	9.312	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16	120
- Setor Privado	257.204	247.587	Sociais e Estatutárias	22.915	7.238
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.f) ..	(22.698)	(18.844)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.a)	3.074	11.667
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	27.757	14.720	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15.b)	60.244	35.788
Rendas a Receber	688	2.493	Diversas	10.223	31.973
Créditos Específicos	-	205	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	690.044	735.508
Diversos	27.094	13.500	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFI- CIAIS (Nota 14)	529.119	601.543
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) ...	(25)	(1.478)	BNDES	469.042	542.434
OUTROS VALORES E BENS	17.629	12.516	FINEP	4.580	3.988
Outros Valores e Bens (Nota 9.a)	20.037	14.387	Outras Instituições	55.497	55.121
(Provisão para Desvalorizações)	(2.435)	(1.970)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	160.925	133.965
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 9.b)	27	99	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.a)	1.020	3.586
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	876.154	931.746	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15.b)	154.977	130.379
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVA- TIVOS (Notas 3.e e 6)	145.870	105.689	Diversas	4.928	-
Carteira Própria	145.870	105.689	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3.f e 7)	687.436	782.877	Resultados de Exercícios Futuros	-	1
Operações de Crédito	750.797	840.204	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	460.018	469.644
- Setor Público	40.220	48.068	Capital:		
- Setor Privado	710.577	792.136	- De Domiciliados no País (Nota 16.a)	407.448	407.448
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.f) ..	(63.361)	(57.327)	Aumento de Capital (Nota 16.b)	11.771	-
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	42.845	43.180	Reservas de Capital (Nota 17.c)	11.639	11.639
Rendas a Receber	1.266	-	Reservas de Lucros (Nota 17.d)	43.237	64.634
Créditos Específicos	205	-	(Ações em Tesouraria)	(14.077)	(14.077)
Diversos	42.915	43.193			
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) ...	(1.541)	(13)			
OUTROS VALORES E BENS	3	-			
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 9.b)	3	-			
PERMANENTE	9.033	7.515			
INVESTIMENTOS (Nota 10)	38	38			
Outros Investimentos	75	75			
(Provisões para Perdas)	(37)	(37)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	1.951	2.246			
Imóveis de Uso	4.056	4.056			
Outras Imobilizações de Uso	11.326	10.997			
(Depreciações Acumuladas)	(13.431)	(12.807)			
INTANGÍVEL (Notas 3.h.3 e 12)	7.044	5.231			
Ativos Intangíveis	49.965	47.633			
(Amortizações Acumuladas)	(42.921)	(42.402)			
TOTAL DO ATIVO	1.476.862	1.520.698	TOTAL DO PASSIVO	1.476.862	1.520.698

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais Mil

	2º SEM/2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	67.770	127.184	158.421
Operações de Crédito (Nota 7.g)	54.603	101.547	116.049
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	13.167	25.637	42.372
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(42.524)	(97.073)	(85.618)
Operações de Captação no Mercado	(82)	(151)	(187)
Operações de Empréstimos e Repasses	(10.012)	(19.990)	(23.221)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(32.430)	(76.932)	(62.210)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.246	30.111	72.803
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(20.172)	(39.892)	(57.171)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 26.b)	6.598	12.443	7.650
Rendas de Tarifas Bancárias	1.490	2.748	2.569
Despesas de Pessoal (Nota 26.c)	(21.566)	(39.869)	(48.613)
Outras Despesas Administrativas (Nota 26.d)	(6.994)	(13.474)	(18.448)
Despesas Tributárias (Nota 26.e)	(3.033)	(5.408)	(5.086)
Outras Receitas Operacionais (Nota 26.f)	3.918	4.974	14.868
Outras Despesas Operacionais (Nota 26.g)	(585)	(1.306)	(10.111)
RESULTADO OPERACIONAL	5.074	(9.781)	15.632
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 26.h)	(798)	(933)	(124)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES	4.276	(10.714)	15.508
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 3.j e 16.a.1)	7.487	12.383	(7.942)
Provisão para Imposto de Renda	3.017	(5)	(6.548)
Provisão para Contribuição Social	2.467	(59)	(5.544)
Ativo Fiscal Diferido (Notas 3.k e 15.a.2)	2.003	12.447	4.150
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.763	1.669	7.566
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 16.e)	23.163	23.163	7.188
Lucro por lote de mil Ações - R\$	R\$ 0,44	R\$ 0,06	R\$ 0,28

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em Reais mil

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA			
SALDO EM 30/06/2018	407.448	-	11.639	5.191	59.540	(10.094)	(14.077)	459.647
Aumento de capital	-	11.771	-	-	-	-	-	11.771
Reservas	-	-	-	-	(21.577)	21.577	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	11.763	-	11.763
DESTINAÇÕES								
Reservas	-	-	-	83	-	(83)	-	-
Dividendos / JSCP	-	-	-	-	-	(23.163)	-	(23.163)
SALDO EM 31/12/2018	407.448	11.771	11.639	5.274	37.963	-	(14.077)	460.018
Mutações do 2º Semestre – 2018	-	11.771	-	83	(21.577)	(10.094)	-	371
SALDO EM 31/12/2017	407.448	-	11.639	5.191	59.443	-	(14.077)	469.644
Aumento de capital	-	11.771	-	-	-	-	-	11.771
Dividendos / JSCP Prescritos	-	-	-	-	97	-	-	97
Reservas	-	-	-	-	(21.577)	21.577	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	1.669	-	1.669
DESTINAÇÕES								
Reservas	-	-	-	83	-	(83)	-	-
Dividendos /JSCP	-	-	-	-	-	(23.163)	-	(23.163)
SALDO EM 31/12/2018	407.448	11.771	11.639	5.274	37.963	-	(14.077)	460.018
Mutações do Exercício – 2018	-	11.771	-	83	(21.480)	-	-	(9.626)
SALDO EM 31/12/2016	359.705	-	-	4.813	59.051	-	(463)	423.106
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(13.614)	(13.614)
Aumento de capital	47.743	-	-	-	-	-	-	47.743
Dividendos / JSCP Prescritos	-	-	-	-	392	-	-	392
Lucro do período	-	-	-	-	-	7.566	-	7.566
DESTINAÇÕES								
Reservas	-	-	11.639	378	-	(378)	-	11.639
Dividendos /JSCP	-	-	-	-	-	(7.188)	-	(7.188)
SALDO EM 31/12/2017	407.448	-	11.639	5.191	59.443	-	(14.077)	469.644
Mutações do Exercício – 2017	47.743	-	11.639	378	392	-	(13.614)	46.538

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Em Reais mil

	2º SEM/2018	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	4.276	(10.714)	15.508
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.484	(64)	(10.092)
Ativo Fiscal Diferido	2.003	12.447	4.150
Depreciações e Amortizações	594	1.143	4.416
Provisão para Perdas/Desvalorizações	4.875	5.027	393
Reversão de Provisões	-	(1)	(113)
Lucro Líquido Ajustado	17.232	7.838	12.262
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(26.460)	9.141	23.334
Títulos e Valores Mobiliários	(34.032)	(34.976)	(3.586)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	-	-	2.367
Operações de Crédito	30.443	89.317	(3.776)
Outros Créditos	(8.782)	(12.701)	(4.541)
Outros Valores e Bens	44	69	27
Outras Obrigações	66.976	36.646	(18.187)
Resultado de Exercícios Futuros	-	(1)	(2)
Depósitos	1.735	3.875	(1.110)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(25.081)	(74.731)	(46.419)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.843	16.639	(51.893)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	3.867	6.302	11.197
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(10.646)	(13.618)	(11.377)
Aplicação no Intangível	(1.110)	(2.332)	(1.876)
Inversões em Imobilizado de Uso	(3.013)	(3.224)	(484)
Inversões em Investimentos	-	-	1.047
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(10.902)	(12.872)	(1.493)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital	11.771	11.771	47.743
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	(23.163)	(23.066)	(6.795)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	(11.392)	(11.295)	40.948
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(219)	310	(176)
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS			
Início do Período	641	112	288
Fim do Período (Notas 3.c e 4)	422	422	112
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(219)	310	(176)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Reais Mil

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2018 em comparação com o exercício social de 2017.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com domicílio na Avenida Princesa Isabel, 54 - Edifício Caparaó, Centro - Vitória - ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN, e da Comissão dos Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Em sua preparação foram utilizadas estimativas e premissas, na mensuração de perdas com operações de crédito; na definição do valor justo de determinados instrumentos financeiros; em provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e na determinação da vida útil de determinados ativos.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 21 de fevereiro de 2019.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão elaboradas em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação do BANDES. E contém valores expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

O valor de mercado é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os títulos e valores mobiliários do BANDES são classificados, em sua integralidade, na categoria "mantidos até o vencimento". (Nota 7)



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), nesta situação, o reconhecimento em receitas ocorre somente no efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As operações de crédito baixadas contra a provisão e registradas em contas de compensação renegociadas são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, a reclassificação da operação para categoria de menor risco somente é admitida na ocorrência de amortização significativa ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As operações em atraso classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos anteriormente.

A avaliação periódica da Administração considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação do cliente, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias de atraso	B
De 31 a 60 dias de atraso	C
De 61 a 90 dias de atraso	D
De 91 a 120 dias de atraso	E
De 121 a 150 dias de atraso	F
De 151 a 180 dias de atraso	G
Superior à 180 dias	H

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que alterou a Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

g) Despesas antecipadas

Compreendem pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. O registro é efetuado no ativo e o reconhecimento no resultado obedece ao princípio da competência. Esse grupo de contas é composto basicamente por despesas com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 10.b)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior, de acordo com as normas vigentes. Subdivide-se em:

h.1) Investimentos

Estão representados em sua maioria pelos recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 11)

h.2) Imobilizado

É representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. O imobilizado está atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquido da respectiva depreciação, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, com a aplicação das seguintes taxas anuais: imóveis de uso - edificações 8%, sistema de transportes, processamento de dados e comunicação 20%, e demais itens 10%. Os ganhos e as perdas na alienação do imobilizado são reconhecidos em Resultado não operacional.

h.3) Intangível

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção das operações da entidade ou exercidos com essa finalidade. Está composto basicamente de softwares e é amortizado pelo método linear em até cinco anos ou de acordo com os prazos contratuais. Os ganhos e perdas de alienação do intangível são reconhecidos em resultado não operacional.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas.
- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% (quinze por cento) do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% (dez por cento).

A Lei nº 13.169 de 2015 de 06 de outubro de 2015 elevou para 20% (vinte por cento) a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido durante o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

k) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros e foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e, registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório e terá seu valor contábil reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado.

Qualquer redução será revertida na medida em que ser tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Em decorrência da alteração da alíquota da contribuição social, o BANDES constituiu um complemento de crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.

l) Outros ativos e passivos

Os outros ativos foram evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pró-rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pró-rata die*).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valores que não excedam aos valores de recuperação. No exercício de 2018 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. Dividem-se em eventos que originam ajustes, pois evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e eventos que não originam ajustes, porque evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2018	2017
Moeda Nacional (caixa)	2	1
Moeda Nacional (depósitos bancários)	420	111
Disponibilidades	422	112
Depósitos Interfinanceiros	182.556	137.774
Aplicações no Mercado Aberto	69.019	122.943
Total	251.997	260.829

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil			
	Prazo de vencimento			
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (BANESTES S/A)	500	-	-	500
Empresas Não Ligadas	61.960	89.046	31.050	182.056
Aplicações no Mercado Aberto (2)	69.019	-	-	69.019
Total 2018	131.479	89.046	31.050	251.575
Total 2017	179.907	60.788	20.022	260.717

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São classificados, em sua integralidade, na categoria mantidos até o vencimento. (Nota 3.e)

	R\$ mil			
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos Públicos – Brasil*				
Letras Financeiras do Tesouro	30.370	-	81.431	111.801
Notas Financeiras do Tesouro	-	19.743	20.314	40.057
Letras Financeiras	-	-	42.500	42.500
FGI - Fundo Garantidor	-	-	100	100
Criatec 3 - FIP	-	-	1.525	1.525
Total 2018	30.370	19.743	145.870	195.983
Total 2017	30.738	24.579	105.689	161.006

*Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, cuja remuneração básica, em sua maioria, é constituída da aplicação de índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	2018		2017	
		%		%
Empréstimos	108.973	11	121.759	11
Financiamentos	117.319	11	116.107	10
Financiamentos agroindustriais	1.939	0		
Financiamentos rurais	739.550	72	801.858	73
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	49.893	5	57.380	5
Subtotal	1.017.674	99	1.097.104	99
Outros créditos*	5.909	1	3.523	1
Total das operações de créditos	1.023.583	100	1.100.627	100

* Refere-se ao saldo de devedores por compras de valores e bens, com característica de concessão de crédito. (Nota 8)

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	2018		2017	
		%		%
10 maiores devedores	91.002	9	117.207	11
50 seguintes maiores devedores	97.368	10	98.710	9
100 seguintes maiores devedores	54.168	5	45.761	4
Demais devedores	781.045	76	838.949	76
Total das operações de crédito	1.023.583	100	1.100.627	100



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	2018		2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	31.649	3	30.983	3
A vencer	991.934	97	1.069.644	97
Até 3 meses	77.726	7	90.266	8
De 3 meses a 12 meses	158.805	16	136.493	12
Acima de 12 meses	755.403	74	842.885	77
Total das operações de crédito	1.023.583	100	1.100.627	100

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	2018		2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado	973.690	95	1.043.247	95
Rural	90.964	9	53.498	5
Indústria	64.385	6	78.802	7
Comércio	89.975	9	73.365	7
Outros serviços	66.996	7	79.412	7
Pessoas físicas	661.370	65	758.170	69
Setor público				
Administração direta municipal	49.893	5	57.380	5
Total das operações de crédito	1.023.583	100	1.100.627	100

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	2018			2017		
		Curso Normal	Anormal*	Total	Total	Provisão	
AA	0	58.408	-	58.408	0	60.030	
A	0,5	550.973	-	550.973	(2.755)	622.019	
B	1	192.754	18.698	211.452	(2.114)	204.350	
C	3	53.090	24.705	77.795	(2.355)	89.941	
D	10	9.332	12.107	21.439	(2.204)	27.956	
E	30	5.855	15.133	20.988	(6.528)	31.128	
F	50	3.329	11.519	14.848	(7.700)	10.556	
G	70	4.779	14.790	19.569	(14.385)	13.601	
H	100	9.801	38.310	48.111	(48.111)	41.046	
Total		888.321	135.262	1.023.583	(86.152)	1.100.627	

*Inclui parcelas vencidas e vincendas de contratos com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo inicial	(76.189)	(66.516)
Constituições	(77.007)	(62.214)
Constituições	(90.238)	(77.354)
Reversões	13.231	15.140
Transferências para prejuízo	67.044	52.541
Saldo final*	(86.152)	(76.189)

* O saldo final inclui R\$ 93 mil (R\$ 18 mil em 31 de dezembro de 2017) referentes à provisão para outros créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito, correspondente ao título "Devedores por compra de valores e bens". (Nota 8).

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	2018	2017
Renegociados	51.028	78.046
Lançados a prejuízo	67.044	52.541
Recuperados	37.482	54.800

Na rubrica créditos recuperados R\$ 37.482 (R\$ 54.800 em 31 de dezembro de 2017), estão computados R\$ 10.934 (R\$ 28.687 em 31 de dezembro de 2017) originados em operação de cessão de créditos registrados em prejuízo, realizada entre as instituições BANDES e FUNDES, nos termos da Lei estadual nº 10.262/14 alterada pela Lei estadual nº 10.764/17 e deliberação do Conselho de Administração do BANDES/Conselho Gestor do FUNDES em 06/09/2017. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01.

O total cedido contribuiu para o incremento das receitas de recuperação de créditos componentes do grupo receitas de operações de créditos R\$ 101.547 (R\$ 116.049 em 31 de dezembro de 2017).

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Rendas a receber (1)	1.954	2.494
Créditos Específicos	205	-
Diversos	70.009	56.897
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 16.a.3)	50.777	38.331
Devedores por compra de valores e bens	5.909	3.523
Devedores por depósitos em garantia	4.990	4.512
Impostos e contribuições a compensar (2)	5.737	-
Impostos compensados pendentes de homologação (3)	-	2.183
Pagamentos a ressarcir (4)	2.315	7.793
Outros	281	555
Provisão para outros créditos (5)	(1.566)	(1.491)
Total	70.602	57.900
Circulante	27.757	14.720
Realizável a Longo Prazo	42.845	43.180

(1) Composição: Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 51 mil (R\$ 88 mil em 31 de dezembro de 2017), Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF - Equalização de juros R\$ 1.849 mil (R\$ 2.404 mil em 31 de dezembro de 2017), Rendas a receber FUNDESUL R\$ 14 mil (R\$ 1 mil em 31 de dezembro de 2017) e Rendas a receber Fundo Renova R\$ 41 mil (R\$ 1 mil em 31 de dezembro de 2017);

(2) IRPJ R\$ 3.515 mil e CSLL R\$ 2.222 mil pagos por estimativa mensal no exercício de 2018, a compensar; (3) Imposto de renda e contribuição social pagos a maior nos exercícios sociais de 1997 a 2004 (R\$ 2.183 em 31 de dezembro de 2017), com compensação financeira realizada e em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal. No exercício social de 2018 foram efetuados os desconhecimentos do referido ativo e do correspondente passivo, registrado no grupo Outras Obrigações (Nota 15.a.2) para adequação aos pronunciamentos contábeis atuais.

(4) No título destacam-se: Fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 mil (R\$ 1.269 mil em 31 de dezembro de 2017) e Recomposição de saldo de operações com BNDES R\$ 697 (R\$ 6.175 em 31 de dezembro de 2017);

(5) A provisão para outros créditos refere-se à Provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 93 mil (R\$ 17 mil em 31 de dezembro de 2017), a Provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 mil (R\$ 1.269 mil em 31 de dezembro de 2017) e a provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 mil (R\$ 205 mil em 31 de dezembro de 2017).

NOTA 9 - OUTROS VALORES E BENS

a) Outros valores e bens - Bens não de uso próprio

São compostos, sobretudo, pelos imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, ajustados por provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	2018	2017
Imóveis não de uso próprio	20.033	4.740
Bens em regime especial	-	9.643
Máquinas e equipamentos	4	4
Bens Não de Uso	20.037	14.387
Provisão para desvalorização	(2.435)	(1.970)
Total	17.602	12.417

b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros R\$ 30 mil (R\$ 99 mil em 31 de dezembro de 2017).

	2018	2017
Circulante	27	99
Realizável a Longo Prazo	3	-
Total	30	99

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado até 31 de dezembro de 1995, retificadas por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	2018	2017
Investimento por incentivos fiscais (1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Subtotal	75	75
Provisão para perdas (2)	(37)	(37)
Total	38	38

(1) Composição: R\$ 39 mil (R\$ 39 mil em dezembro de 2017) Certificados de Investimento - FINOR; R\$ 30 mil (R\$ 30 mil em dezembro de 2017) Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL.

(2) Provisão para Perdas em Certificados de Investimento - FINOR.

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	Custo	Depreciação	Valor Líquido	
			2018	2017
Terenos	189	-	189	189
Edificações	3.867	(3.519)	348	451
Móveis e máquinas	2.917	(2.506)	411	404
Aparelhagens e sist. comunicação	372	(313)	59	39
Equipamentos de informática	7.838	(6.931)	907	1.120
Sistema de segurança	199	(162)	37	43
Total	15.382	(13.431)	1.951	2.246

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	Custo	Amortização	Valor Líquido	
			2018	2017
Aquisição de software	4.622	(4.092)	530	607
Modernização SISBANDES	43.663	(37.599)	6.064	4.248
BI - Consultas	46	(46)	-	-
Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	1.093	(669)	424	348
Aplicativo para Celulares	33	(7)	26	28
Total	49.965	(42.921)	7.044	5.231

O grupo Ativo Intangível está representado principalmente por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais. (Nota 3.h.3)

NOTA 13 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As rubricas "Depósitos a vista" e "Depósitos a prazo", referem-se, principalmente, às cauções oriundas das operações efetuadas com recursos FUNDAP. Os vencimentos dos "Depósitos a Prazo" são de até 30 dias.

	2018	2017
Depósitos		
À vista	9.467	9.332
À prazo	15.511	11.770
Total	24.978	21.102

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Correspondem às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo banco para financiamentos ao mercado, atualizadas, quando aplicável, de acordo com disposições legais e contratuais, com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil, e vencimentos mensais conforme a seguir:



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

Posições	R\$ mil				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BANDES	88.228	87.639	175.867	469.042	644.909
FINEP	213	929	1.142	4.580	5.722
Outras	8.394	19.947	28.341	55.497	83.838
2018	96.835	108.515	205.350	529.119	734.469
2017	105.919	101.738	207.657	601.543	809.200

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	R\$ mil	
	2018	2017
Fiscais e previdenciárias (a)	4.094	15.253
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b)	215.221	166.167
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e fiscais (c)	3.459	3.216
Dotação para aumento de capital	-	1.973
Provisão para pagamentos a efetuar	5.220	7.916
Credores diversos (d)	6.472	18.868
Sociais e estatutárias	22.915	7.238
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Outros)	16	120
Total	257.397	220.751
Circulante	96.472	86.786
Exigível a Longo Prazo	160.925	133.965

a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	2018	2017
Impostos e contribuições (1)	605	9.444
Impostos e contribuições s/ salários	1.124	1.031
Impostos c/ pedido de restituição (2)	-	2.183
Parcelamento de impostos (3)	1.458	1.825
Outros (4)	908	770
Total	4.094	15.253
Circulante	3.074	11.667
Exigível a Longo Prazo	1.020	3.586

(1) PIS, COFINS e ISS mensal a recolher referentes à competência 12/2018;

(2) Provisão do imposto de renda (R\$ 2.065 mil) e contribuição social (R\$ 118 mil) compensados em exercícios anteriores, baixados no exercício de 2018 devido ao desconhecimento do ativo subjacente;

(3) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014.

(4) Impostos retidos na fonte de terceiros em dezembro/2018.

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido debitada em resultado:

	R\$ mil	
	2018	2017
Resultado antes da tributação s/ lucro e participações	15.508	15.508
Juros sobre o capital próprio	(23.163)	(7.188)
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	(1.338)	1.448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.987	37.001
Perdas efetivas de créditos	(32.328)	(19.875)
Outros	753	567
Despesas não dedutíveis	90	259
Base de Cálculo	27.720	27.720
Imposto de Renda	(49)	(6.906)
Contribuição Social	(58)	(5.544)
Incentivos fiscais	44	358
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social (i)	(63)	(12.092)

(i) Alíquotas vigentes: IRPJ 15% + Adicional 10%; e CSLL 15% até setembro de 2015 e 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15. (Nota 3.)

a.2) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

Saldos	R\$ mil		
	CSLL	IRPJ	Total
Em 31/12/2017	14.925	23.406	38.331
Valores constituídos	5.056	9.529	14.585
Valores baixados	(940)	(1.199)	(2.139)
Em 31/12/2018	19.041	31.736	50.777

a.3) Composição dos créditos tributários

Provisões	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário		
		CSLL	IRPJ	Total
		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.291	18.194
Provisão devedores por compra de valores e bens	92	14	23	37
Provisão ações cíveis, trabalhistas e fiscais	3.459	519	865	1.384
Provisão para indenizações trabalhistas PDI	2.099	315	525	840
Total 2018	126.941	19.041	31.736	50.777
Total 2017	93.620	14.926	23.405	38.331

a.4) Estimativa de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano	R\$ mil			
	CSLL	IRPJ	Total	Valor Presente
2019	6.776	11.293	18.068	17.655
2020	7.231	12.052	19.283	18.742
2021	2.552	4.252	6.804	6.587
2022	819	1.364	2.183	2.104
2023	519	866	1.385	1.331
2024 a 2028	1.145	1.909	3.054	2.933
Total 2018	19.041	31.736	50.777	49.352
Total 2017	14.926	23.405	38.331	35.162

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas taxas médias de captação do BANDES. Em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018.

a.5) Créditos tributários não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2018 não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 1.901 mil (R\$ 1.598 mil em 2017), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas conforme normas do Banco Central do Brasil.

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os Fundos financeiros e de desenvolvimento, administrados ou operados pelo BANDES, registram em contas patrimoniais o total de R\$ 215.221 mil (R\$ 166.167 mil em 31 de dezembro de 2017).

	R\$ mil	
	2018	2017
FUNDAP	1.022	982
FUNDES	61.386	70.584
FUNDAPSOCIAL	-	2.117
FUNCITEC	35.338	9.846
FUNDÁGUA	15	23
FUNDEPAR-ES	35.027	54.576
FUNSAF	634	64
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	25.376	15.562
FUNDESUL	2.482	3.066
FUNDO RENOVA	4.647	9.347
FUNDESUL - PK	49.294	-
Total	215.221	166.167
Circulante	60.244	35.788
Exigível a Longo Prazo	154.977	130.379

c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.
- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

O BANDES não possui processos por danos ao meio ambiente.

Composição das ações judiciais e administrativas:

Ações com Risco Provável*	R\$ mil	
	2018	2017
Cíveis	1.377	1.669
Trabalhistas	2.082	1.547
Total	3.459	3.216

*Provisionadas pelo valor atualizado da causa.

Ações com Risco Possível e Remoto*	R\$ mil	
	2018	2017
Cíveis	38.864	48.372
Trabalhistas	1.063	1.009
Fiscais	27.582	26.755
Total	67.509	76.136

*Valores não provisionados, apenas divulgados.

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	R\$ mil		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/01/2018	1.844	1.570	3.414
Atualização Monetária / Constituições	75	311	386
Reversões / Pagamentos	(4)	-	(4)
Saldo em 30/06/2018	1.915	1.881	3.796
Saldo em 01/07/2018	1.915	1.881	3.796
Atualização Monetária / Constituições	141	288	778
Reversões / Pagamentos	(679)	(87)	(2.226)
Saldo em 31/12/2018	1.377	2.082	3.216

d) Credores diversos

Na composição da rubrica "Credores diversos" R\$ 6.472 mil (R\$ 18.868 mil em 31 de dezembro de 2017), destacam-se Recomposições de obrigações por refinanciamento R\$ 2.223 (R\$ 8.799 em 31 de dezembro de 2017), Ordens de liberações do FUNGETUR R\$ 2.757 (R\$ 4.803 em 31 de dezembro de 2017); e Deduções de liberações FUNDAP, conforme Lei Estadual nº 9.937/12 e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 R\$ 300 (R\$ 1.578 mil em 31 de dezembro de 2017).

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 500.000 mil para efeito de emissão de ações ordinárias, ações preferenciais classe "A" ou classe "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 460.018 mil.

b) Aumento de capital social

No capital social de R\$ 460.018 mil estão compreendidos R\$ 11.771 mil provenientes de aumento aprovado e homologado nas respectivas 581ª e 583ª reuniões do Conselho de Administração, nas datas 22/08/2018 e 24/10/2018. O aviso aos acionistas da subscrição particular de ações foi publicado no DIO/ES e Jornal A Tribuna em 27/08/2018, com prazo de 30 dias para o direito de preferência para subscrição das ações, de 27/08/2018 a 27/09/2018. O aporte foi efetuado unicamente pelo Acionista Controlador Estado do Espírito Santo com a utilização de recursos das fontes listadas abaixo:

Juros sobre capital próprio distribuídos:

- R\$ 1.441 mil, relativos ao exercício social de 2015;
- R\$ 531 mil, relativos ao exercício social de 2016;
- R\$ 6.436 mil, relativos ao exercício social de 2017.

Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAP-SOCIAL:

- R\$ 3.363 mil, autorizados pelo Decreto nº 3.524-R, de 05 de fevereiro de 2014.

Espécies e classe de ações subscritas e integralizadas: 473.637.947 ações ordinárias nominativas, 63.693.940 ações preferenciais nominativas classe A; e 124.063.109 ações preferenciais nominativas classe B, totalizando 661.394.996 ações sem valor nominal, ao preço unitário por ação de R\$ 0,01779724936.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

O processo de aumento de capital foi submetido ao Banco Central do Brasil – BACEN em 26/11/2018 para aprovação.

Composição do capital social integralizado em quantidade de ações, pós-subscrição:

	2018	2017
Ações Ordinárias	18.257.516.094	17.783.878.147
- Estado do Espírito Santo	18.018.878.942	17.545.240.995
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	9.032.288.736	8.844.531.687
Classe "A"	2.858.838.741	2.795.144.801
- Estado do Espírito Santo	2.200.073.131	2.136.379.191
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
Classe "B"	6.173.449.995	6.049.386.886
- Estado do Espírito Santo	2.597.922.529	2.473.859.420
- Demais Acionistas	3.575.527.466	3.575.527.466
Total de ações emitidas	27.289.804.830	26.628.409.834
Em tesouraria (Ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (Preferenciais – Classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	26.488.268.092	25.826.873.096

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição. As ações da classe "A" têm direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; e as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

c) Reservas de capital

O montante de R\$ 11.639 mil é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, aprovada pela Resolução FUNDES nº 06/16. O investimento em incentivos fiscais representado por 4.465.723 cotas FUNDES registrado no subgrupo Investimentos do Ativo Permanente ao custo histórico total de R\$ 1.957 mil foi permutado com as 777.374.487 ações BANDES detidas pelo FUNDES. Na negociação, os instrumentos patrimoniais (ações e cotas) foram precificados pela idêntica importância total de R\$ 13.614 mil.

c.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 53, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos.

c.2) Reservas de lucros

No exercício, R\$ 97 mil referentes dividendos/JSCP prescritos do exercício de 2014 (em 31 de dezembro de 2017 foram R\$ 392 prescritos do exercício de 2012) foram transferidos do grupo de contas do Passivo e incorporados à Reserva Estatutária, do grupo Reservas de Lucros do Patrimônio Líquido, conforme § 4º do artigo 53 do Estatuto Social.

c.3) Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III, do artigo 53, do Estatuto Social, a "Reserva para margem operacional" tem por objetivo assegurar adequadas condições operacionais e reforçar o capital social e de giro do BANDES. É constituída a base do lucro líquido remanescente e está limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social. Em 24 de dezembro de 2018, na 588ª reunião, o Conselho de Administração aprovou proposta de distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, mediante a utilização de parte do saldo da reserva para complementar a parcela excedente ao lucro líquido do exercício. Do saldo da reserva constituído até 31/12/2017 R\$ 59.540 mil, foram utilizados R\$ 21.577 mil para distribuição aos acionistas a título juros sobre o capital próprio.

d) Dividendos / Juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, Inciso II, artigo 53, do Estatuto Social - aos acionistas estão assegurados juros sobre capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A política de remuneração do capital visa distribuir juros sobre o capital próprio - JSCP, computados líquidos de imposto de renda na fonte, calculados em conformidade com a legislação vigente.

Nos termos do Art. 54 do Estatuto Social, e em conformidade com o previsto nas Leis n.ºs. 9.249/95 e 9.430/96, a Diretoria Executiva mediante decisão do Conselho de Administração em 24 de dezembro 2018, *ad referendum* a aprovação na AGO das contas de 2018, deliberou sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre capital próprio do exercício de 2018 totalizaram R\$ 23.163 mil (R\$ 7.188 mil em 31 de dezembro de 2017). Do total proposto para distribuição, R\$ 1.669 mil são provenientes do lucro do período e R\$ 21.577 mil são originados das reservas de lucros/reserva para margem operacional.

O pagamento será realizado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral que apreciar as contas da Diretoria, conforme §3º do artigo 53 do Estatuto Social, e terá como base a posição acionária em 31 de dezembro de 2018.

Para atendimento à legislação do imposto de renda e à legislação societária, o montante de juros sobre capital próprio foi contabilizado na conta de despesas financeiras e, para fins de divulgação das demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de "Lucros / Prejuízos Acumulados".

O cálculo dos juros sobre capital próprio relativo ao exercício social de 2018, comparado ao exercício social de 2017, está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.669	7.566
(-) Reserva legal (5%)	(83)	(378)
Base de cálculo ajustada	1.586	7.188
Dividendos / JSCP s/ lucro líquido do exercício	1.586	7.188
Dividendos / JSCP s/ reservas de lucros	21.577	-
Dividendos / JSCP total	23.163	-

e) Destinação do resultado do exercício

Conforme disposição estatutária, a distribuição do resultado e o pagamento de dividendos referentes ao exercício social de 2018, foram computados conforme segue:

	2018	2017
Lucros / prejuízos acumulados	-	-
Resultado do exercício	1.669	7.566
Reserva legal (Nota 17 c.1)	(83)	(378)
Dividendos / JSCP (Nota 17 c.2)	(23.163)	(7.188)
Reserva para margem operacional (Nota 17 c.3)	21.577	-
Lucros / prejuízos acumulados	-	-

NOTA 17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no Fundo de Renda Fixa, Bradesco Renda Fixa F 10. No exercício foram apropriados em despesas com o plano R\$ 1.623 mil (R\$ 1.665 mil em 31 de dezembro de 2017).

b) Programa de desligamento voluntário (PDV)

O programa de desligamento voluntário promovido pelo banco assegura os benefícios: custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta e seis meses após a demissão.

A provisão para indenizações trabalhistas diversas registrou saldo de R\$ 2.099 mil (R\$ 3.681 mil em 31 de dezembro de 2017).

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme determinação do Estatuto Social. No exercício, as despesas com a remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva totalizaram R\$ 1.544 mil (R\$ 1.419 mil em 31 de dezembro de 2017).

NOTA 19 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Os valores dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, totalizaram R\$ 516.598 mil (R\$ 469.869 mil em 31 de dezembro de 2017).

Fundos Públicos	Patrimônio Líquido	
	2018	2017
FUNDES	185.761	186.820
FUNDAP	116.294	117.328
FUNDAPSOCIAL	9	2.319
FUNDO RENOVA	10.803	10.062
FUNDESUL	4.862	4.932
FUNDESUL PK	50.420	-
FUNDEPAR-ES	148.449	148.408
TOTAL	516.598	469.869

NOTA 20 - OPERAÇÕES COM FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Rendas auferidas na operação de fundos financeiros e de desenvolvimento e despesas com a remuneração das obrigações, referentes aos recursos não alocados:

Fundos	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2018	2017	2018	2017
FUNDES (1)	5.589	5.305	(3.076)	(5.711)
FUNDAPSOCIAL (2)	-	-	(53)	(90)
FUNDEPAR-ES (3)	3.116	167	(2.164)	(3.341)
FUNCITEC (4)	-	-	(1.113)	(659)
FUNDÁGUA (5)	-	-	-	(1)
FUNSAF (6)	1	1	(55)	(11)
PSA FUNDÁGUA (7)	1.707	904	(508)	(1.236)
FUNDESUL (8)	103	43	(119)	(117)
RENOVA (9)	274	-	(290)	(60)
FUNDESUL PK (10)	307	-	(973)	-
TOTAL	11.097	6.420	(8.351)	(11.226)

Fundos	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2018	2017	2018	2017
(1)	3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(2)	Não aplicável.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(3)	2,1% ao ano sobre Patrimônio Líquido do mês anterior.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(4)	Não aplicável.		Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).	
(5)	Não aplicável.		100% do rendimento diário do CDI.	
(6)	1% sobre os recursos financeiros liberados.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(7)	10% sobre os recursos financeiros liberados.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(8)	2,1% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(9)	Não aplicável.		IPCA defasado de 2 meses.	
(10)	1,4% ao ano sobre Patrimônio Líquido do mês anterior		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	

NOTA 21 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Compliance e Controles Internos - GERCO, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR e Auditoria Interna - AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Compliance e Controles Internos - GERCO, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais - definido como perdas potenciais devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES classifica-se na categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento", definidos como títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos - GERIS, Comitê de Gestão de Tesouraria - COGET, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR e Auditoria Interna - AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado do BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (Value at Risk) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos – GERIS, Comitê de Crédito – COCRE, Comitê de Controles Internos e Riscos – COCIR, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos – GERIS, Gerência Financeira – GEFIN, Comitê de Gestão de Tesouraria – COGET, Comitê de Controles Internos e Riscos – COCIR e Auditoria Interna – AUDIT.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES. O Comitê de Gestão de Tesouraria assessora a Diretoria no processo de concepção, formulação e elaboração da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e também recomenda ações e medidas para o aprimoramento das mesmas.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos – GERIS, Gerência de Controladoria – GECON, Gerência de Desenvolvimento, Planejamento e Inovação – GEDEP e Comitê de Gestão de Capital – COGEC.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

Os relatórios de acesso público evidenciando a descrição das estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados no endereço eletrônico www.bandes.com.br.

NOTA 26 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

b) Receita de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	2018	2017
Rendas de prestações de serviços	1.101	1.039
FUNDAP	105	188
FUNDEPAR	3.116	167
FUNDES/ES	5.589	5.305
PSA FUNDÁGUA	1.706	904
Outras	826	47
Total	12.443	7.650

c) Despesas de pessoal

	2018	2017
Honorários - Conselhos (Administração e Fiscal) e Diretoria	(1.691)	(1.536)
Benefícios	(6.881)	(6.487)
Encargos sociais	(9.262)	(12.859)
Proventos	(20.216)	(26.089)
Treinamento	(545)	(426)
Bolsa auxílio estágio	(1.274)	(1.216)
Total	(39.869)	(48.613)

d) Outras despesas administrativas

	2018	2017
Água, energia e gás	(745)	(701)
Aluguéis	(52)	(55)
Comunicações	(811)	(793)
Manutenção e conservação de bens	(1.282)	(1.152)
Material	(47)	(34)
Processamento de dados	(1.803)	(1.518)
Promoções/Relações públicas	(523)	(935)
Propaganda e publicidade	(114)	(911)
Publicações legais	(145)	(225)
Seguros	(6)	(7)
Serviços de vigilância	(317)	(326)
Serviços do Sistema Financeiro	(752)	(702)
Serviços de terceiros	(316)	(319)
Serviços técnicos especializados	(1.825)	(1.328)
Transportes	(167)	(161)
Viagem no país/externo	(565)	(499)
Despesas com processos judiciais	(1.757)	(3.139)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, treinamentos, etc.)	(1.105)	(1.226)
Amortização e depreciação	(1.142)	(4.416)
Total	(13.474)	(18.448)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto da Cunha Penedo – Presidente
 Aroldo Natal Silva Filho – Vice-Presidente
 José Teófilo Oliveira
 Orlando Caliman

Gustavo Lisboa Cruz
 Valber Pinheiro Padilha
 Robson Luiz Avelino Pereira

COMITÊ DE AUDITORIA

Flávia Fardim Antunes Bringhenti
 Paulo Vieira Pinto
 Wladimir Firme Zanotti

CONSELHO FISCAL

Ana Maria Carvalho Lauff
 Dayse Maria Oslegher Lemos
 Jefferson Vargas Barbosa

DIRETORIA EXECUTIVA

AROLDO NATAL SILVA FILHO
 Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
 Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
 Diretor de Crédito e Fomento

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
 Contador CRC/ES 13.555/O-3

e) Despesas tributárias

	2018	2017
IPTU, Taxas, ISSQN	(808)	(528)
Contribuição ao COFINS	(3.955)	(3.921)
Contribuição ao PIS/PASEP	(643)	(637)
Total	(5.406)	(5.086)

f) Outras receitas operacionais

	2018	2017
Recuperações de encargos e despesas	856	3.027
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDI	2.484	8.527
Atualização monetária equalização juros BNDES/PRONAF	-	1.727
Atualização Selic s/ tributos a compensar	-	339
Atualização depósitos judiciais	202	279
Outras rendas operacionais	1.432	969
Total	4.974	14.868

g) Outras despesas operacionais

	2018	2017
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.052)	(1.248)
Provisão para indenizações trabalhistas PDV	(93)	(8.727)
Outras despesas operacionais	(70)	(37)
Despesas com utilização SISBACEN	(37)	(47)
Despesas c/ atualização de parcelamento dos tributos	(54)	(52)
Total	(1.306)	(10.111)

h) Resultado Não Operacional

	2018	2017
Resultado na alienação de valores e bens	(408)	103
Reversão de provisões de outros valores e bens	864	127
Reversão de perdas com ações e cotas (1)	1	-
Outras rendas não operacionais	337	380
Desvalorização de outros valores e bens	(1.404)	(412)
Perdas em ações e cotas (2)	(293)	(287)
Despesas com bens não de uso	(30)	(35)
Total	(933)	(124)

(1) Reversão de provisão para perdas com desvalorização das cotas de Certificado de Investimento – FINOR. (Nota 10.2).

(2) Provisão para desvalorização das cotas do Fundo CRIATEC 3 - FIP. (Nota 6).

i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, o BANDES apurou em 31 de dezembro de 2018, os seguintes valores:

Indicador	Valor apurado %	Mínimo requerido %
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	34,12%	8,62%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA*	34,12%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA*	34,12%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

j) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos

k) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

l) Convergência das normas contábeis do Sistema Financeiro Nacional às normas internacionais

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
00 (R1)	Pronunciamento Conceitual Básico	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/2015

Com base na Resolução CMN nº 3.786/09 e nas Circulares BACEN nº 3.472/09 e 3.516/10, o BANDES esclarece que não possui a obrigatoriedade de elaborar e divulgar demonstrações contábeis no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, uma vez que tal obrigatoriedade abrange somente as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta, ou ainda, que estejam sujeitas à constituição de comitê de auditoria.

O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Administradores do

**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES
 Vitória – ES**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo — BANDES em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S
 2 - CRC RS 5.460/O-0 T-SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
 Contador 1 CRC/RS 71.505/O-3 T-SP
 Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
 Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
 Sócio Responsável Técnico